O projeto político pedagógico: como articulador de construção de espaços participativos na docência do ensino superior

Vanessa de Faria Ferreira Huerta ¹

Resumo

O objetivo do texto é trazer a reflexão acerca do papel do docente do ensino superior na construção coletiva do projeto político pedagógico, como instrumento de organização, consolidando o ensino a pesquisa e extensão do trabalho pedagógico em instituições de ensino superior. Considerando os pressupostos de que o projeto político pedagógico estabelece finalidades e diretrizes das ações pedagógicas, o texto evidencia os principais elementos que norteiam a construção coletiva de um PPP. Tornando-se um desafio ao professor/pesquisador romper paradigmas que a tradição das universidades/faculdades constrói ao longo do tempo, bem como assumir um posicionamento que trará a construção de uma sociedade mais crítica e consequentemente romper barreiras sociais.

Palavras-chave: projeto político pedagógico, romper barreiras sociais, docência do ensino superior.

Abstract

The purpose of the paper is to bring reflection on the teaching of the role of higher education in the collective construction of the political pedagogical project, as an organization tool, consolidating teaching research and extension of the pedagogical work in higher education institutions. Considering the assumptions that the political pedagogical project establishes goals and guidelines of pedagogical actions, the text highlights the main elements that guide the collective construction of a PPP. Becoming a challenge to the teacher/researcher break paradigms that tradition of universities/colleges builds over time, and assume a position that will bring construction of a more critical society and consequently break down social barriers.

Keywords: political pedagogical project, break social barriers, higher education teaching.

Introdução

Ultimamente o Projeto Político-Pedagógico tem sido tema discutido entre gestores, professores e pesquisadores da área de educação em diferentes níveis e modalidades de ensino, isso devido à democratização e melhoria na qualidade da educação. No geral, professores que contam com diploma de especialização em docência do ensino superior torna-se professor universitário. Algumas vezes os desconhecem as teorias pedagógicas e as rotinas de uma instituição de ensino, contudo são contratados para ministrar aulas em determinada disciplina não tendo tempo nem condições de perceber o seu real papel dentro da instituição enquanto docentes, no desenvolvimento pedagógico da instituição, tampouco a inter-relação de sua disciplina com as demais disciplinas que integram o currículo de um determinado curso.

Assim, causando grande discussão por conta da fragmentação do currículo nos cursos de Graduação, onde o trabalho se encontra cada vez mais solitário e menos coletivo. Portanto o trabalho tem como objetivo refletir a respeito do projeto político pedagógico como articulador de construção de espaços participativos na docência do ensino superior. Massetto (2003), afirma que como instrumento que organiza e consolida o trabalho pedagógico (ensino, pesquisa e extensão) na Instituição de Ensino Superior como um todo e em cada unidade acadêmica.

O trabalho de inicia com um breve histórico a respeito do que é projeto político pedagógico e durante o percurso serão feitas breves citações a respeito de suas dimensões.

O que é projeto político pedagógico?

O termo Projeto Político-Pedagógico nasce nos anos 80, com o intuito de se contrapor a uma visão burocrática e técnica e afirmar a natureza política do projeto. VEIGA (2000) considera três pontos básicos na especificidade do projeto. Primeiro, o projeto é uma antecipação do futuro, que deve orientar e conduzir nossa ação do presente; segundo, possui uma dimensão utópica, uma idéia a transformar-se em ato, o que reforça o caráter político da educação, valorizando o papel do projeto político pedagógico voltado para o desenvolvimento de um projeto histórico de transformação social; terceiro, quando concebido, desenvolvido e avaliado como uma prática social coletiva possibilita a pertença, a identidade com a proposta.

Projeto é tomado aqui no sentido de um conjunto articulado de propostas e programas de ação, delimitados, planejados, executados e avaliados em função de uma finalidade que se pretende alcançar e que é previamente delineada mediante a representação simbólica dos valores a serem efetivados. (SEVERINO, 1998, p. 82).

O Projeto Político Pedagógico não é um mero documento, simples produto ou até mesmo um plano escolar, como frequentemente é compreendido. Não é um simples planejamento a ser construído para ser arquivado, ficar nas gavetas ou ser encaminhado para as autoridades para cumprir tarefas burocráticas. É um processo de trabalho coletivo da escola, deve ser reconstruído e vivenciado constantemente por todos os envolvidos com o processo educativo escolar. Ele se constitui como um processo de permanente reflexão e discussão dos problemas, das propostas, da organicidade, da intencionalidade da escola. Desse modo, subsidiará a organização do trabalho pedagógico, que inclui o trabalho educativo na sala de aula.

...a educação só pode-se realizar através de mediações práticas que se desenvolvem a partir de um projeto educacional, vinculado, por sua vez, a um projeto histórico e social e que a instituição escolar é o lugar por excelência desse projeto... SEVERINO, 1998).

Compromissado com a organização do trabalho pedagógico da escola o projeto político-pedagógico abrange o todo, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade, buscando assim, a organização do trabalho pedagógico na sua globalidade.

Um projeto necessita sempre rever o instituído para, a partir dele, instituir outra proposta. O instituído é o conjunto de seus currículos, de seus métodos, o conjunto de seus atores internos e externos e o seu modo de vida, sua finalidade social. Um projeto sempre parte do instituído, que é a sua história e o patamar de onde pode mudar e o confronto com o instituinte, buscando a superação, a ruptura. VEIGA (2000) afirma que sem considerar o instituído, criam-se lacunas, desfiguram-se memórias e identidades, e perde-se o vínculo com a história. E que é a partir do trabalho coletivo de todos os envolvidos que se dá o projeto político-pedagógico instituinte. Ele é uma aproximação maior entre o que se institui e o que se transforma em instituinte.

O Projeto Político-Pedagógico como uma tendência inovadora

O termo tendência diz respeito a algo, um costume ou hábito que fica em voga por algum tempo. Analisando sob essa perspectiva a construção do PPP pode tornar-se pouco profundo e simples cumprimento de exigências. Dessa forma torna-se um documento para simplesmente ser cumprido. Já o termo inovador diz respeito a tornar algo novo, a introduzir uma novidade em algo existente. Para tal, é necessária então uma análise do passado e do futuro, que gera reflexões e ações que inovam e melhoram um PPP.

Para que o PPP seja uma tendência inovadora, é necessária uma integração com processo de construção do trabalho coletivo, que dá transparência e legitimidade ao produto. Portanto a escola deve assumir como tarefa a reflexão sobre a sua intencionalidade educativa.

Funções do projeto político pedagógico

Baseando em Abric (1998) o PPP integra cinco funções:

- 1^a Função politizadora – que diz respeito à intencionalidade, ao cumprimento de propósitos decorrentes de opções assumidas pelos sujeitos. Possibilita a explicitação do compromisso social pela reflexão.
- 2^a Função identitária – Define a identidade e permite salvaguardar as especificidades do grupo, situando o individual no campo social e permitindo a

elaboração de uma identidade coletiva compatível com o sistema de normas e valores determinados.

3ª Função Epistemológica – Permite a compreensão e a explicitação da realidade. Essa função é necessária a leitura da realidade educativa e social.

4ª função inovadora – Desenvolvida com base em uma metodologia participativa que congrega todos na construção do projeto.

5ª Função Avaliativa – Explicita situações problemáticas e alternativas para a correção de rumos (críticas e propostas) articulando as ações internas e externas e principalmente as previsíveis e as imprevisíveis.

Portando as funções do PPP corresponde a um encontro entre o processo educativo e social da instituição de ensino, ressaltando a necessidade específica da comunidade.

Projeto político pedagógico como instrumento democrático

O trabalho coletivo significa a integração/participação de todos (corpo docente, comunidade escolar e todos os demais envolvidos diretamente ou indiretamente na escola) ajudando-se mutuamente em direção a objetivos bem definidos em busca de um trabalho de qualidade e democrático. Efetivamente, o trabalho coletivo não é algo que se desenvolve espontaneamente. Serão necessários mecanismos de controle das ações para se chegar à qualidade de ensino estabelecida pelo grupo.

Analisar fundamentalmente, o desenvolvimento de "habilidades" mais detalhadamente e as metas a serem alcançadas, conteúdos no mínimo significativos, nos quais fiquem expressos os conceitos básicos de cada unidade de estudo das disciplinas. Esse trabalho implicará na reflexão do docente sobre o planejamento dos conteúdos com base no diagnóstico das séries.

Observar aproximação das vivências dos alunos com esses conteúdos, tanto quanto possível, aproveitando ao máximo as informações, que eles absorvem dos meios de comunicação, de seu ambiente escolar, de seu ambiente familiar. Planejar aulas bem preparadas com começo, meio e fim, na qual o aluno tenha claro o que vai apreender (objetivos – que não devem ser muitos) e o sentido desse conteúdo. Aulas que tenham motivação para não entediar os alunos.

Seria uma forma de o corpo docente e a coordenação exercerem ações de controle sobre o que projetaram, durante o planejamento, tanto do ponto de vista do

Projeto Pedagógico como do Plano Escolar; Manter o diálogo constante com os alunos, mesmo com os mais rebeldes, valorizando suas realizações mais irrelevantes no sentido de elevar-lhes a autoestima; buscar compreender os problemas.

Criar formas de valorizar o aluno rebelde é dar-lhe funções específicas durante a aula, fazê-los coordenar o trabalho de grupo se tratando de atividade em equipe entre outras ações que o professor poderá criar para fazer com que esse aluno se sinta útil (excluídas fiscalizações sobre colegas que não estão realizando tarefas, anotações sobre os mais falantes da classe) etc.

Ações essas vistas como altamente deseducativas por alguns professores, já por outros, transformadora, mas muito usadas por alguns docentes. O trabalho em equipe, no qual os grupos tenham sempre que resolver algum problema proposto pelo professor. Formar grupos para realizar trabalhos que não exijam reflexão e descoberta não tem nenhum sentido e não leva a nada; pesquisa baseada em bibliografia específica, que não seria uma simples reprodução de informações contidas em jornais, revistas, enciclopédias, dicionários e manuais. A pesquisa só tem sentido se resultar em descoberta para o aluno.

Por outro lado, não tem sentido o professor determinar pesquisas, se ele próprio ignora a fundamentação delas; aulas nas quais se desenvolvam discussões políticas, sociais, econômicas e culturais através de simpósios, painéis de discussão, seminários (aproveitando noticiários de televisão e internet, de jornais e de revistas) sobre temas que incutam no aluno o conceito de cidadania e valores (direitos e deveres, preservação do meio ambiente, respeito pelo patrimônio público, solidariedade, sexualidade).

A integração das disciplinas pela coordenação de áreas, demonstrando as relações entre os conteúdos, ou seja, a interdisciplinaridade das disciplinas a partir de um tema específico o que seria um passo a mais para o trabalho coletivo na medida em que todos os professores estariam envolvidos; estabelecendo mecanismos de acompanhamento dessa integração;

A demonstração de que o professor gosta de seus alunos, expressa pelo diálogo e pela afetividade para com eles. O bom relacionamento professor- aluno é o primeiro passo para o aprendizado. Nem sempre é fácil lidar com determinados discentes, todavia mesmo o aluno rebelde respeita o professor competente e afetivo;

O entrosamento entre família e escola, ajudando-se mutuamente, principalmente naquilo que os pais podem fazer quanto ao estudo do aluno em casa e no cumprimento das tarefas escolares (preocupação em enviar o aluno à escola com o material necessário

às aulas, estabelecimento de horas específicas de estudo em casa). Sabe-se que os alunos, costumeiramente, não trazem material para as aulas. Nesse aspecto, algumas assembleias de pais convocadas pela direção ao longo do ano com o comparecimento dos professores contribuiria para esse entrosamento. O aprofundamento dessas discussões no Conselho de Escola seria relevante. Dificilmente, haverá integração escola-comunidade, se o coletivo docente não se habituar a trocar ideias com os pais.

A falta de entrosamento, entre pais e professores, debatendo democraticamente os fatos escolares, determina certo receio dos docentes em comparecer a essas reuniões, quase sempre realizadas pela iniciativa de muitos diretores interessados nessa integração. É preciso acabar com essa separação pais-professores, nenhum Projeto Pedagógico terá sucesso sem a integração escola-comunidade;

As atividades extraclasse: confecção do jornal da escola (elaborado nos computadores); visitas a museus; concursos literários; assistência a peças de teatro na escola ou fora dela, que poderá ensejar a criação de grupos de teatro na unidade; campeonatos interclasses aos sábados, se os professores de educação física se dispuserem a comparecer, entre outras que poderão ser sugeridas durante o planejamento.

Como se pode observar, uma série de metas estão delineadas na exposição acima. Cada escola terá suas peculiaridades e as metas a serem estabelecidas a partir do Projeto Pedagógico, deverão estar em consonância com suas características. Devem se estabelecer metas factíveis de serem alcançadas pela escola e pelos professores em suas disciplinas e que não deverão ser muitas.

Projeto político pedagógico e avaliação

Em uma proposta de avaliação o projeto político pedagógico dar sentido as informações colhidas. Tornando-se possível uma análise comparativa entre as orientações nele anunciadas e os resultados atingidos. No entanto, os processos democráticos de gestão escolar, os momentos de avaliação e reflexão das ações desenvolvidas pelas Equipes Gestoras, seu corpo docente e de funcionários e, também, pela comunidade atendida devem fazer parte da rotina escolar. Através de uma ampla reflexão sobre o PPP e sua funcionalidade, considerando fragilidades, potencialidades e necessidades.

A prática da Avaliação Institucional já deveria ser uma realidade vivenciada em seu cotidiano. Tendo em vista que a própria que as ações previstas para a escola sejam revistas, refletidas e redefinidas. As instituições devem empreender coletivamente a construção de seu projeto, não promovendo simplesmente um discurso, porém buscando a sua implantação.

O projeto é um meio de engajamento coletivo para integrar ações dispersadas de ensino, buscar soluções alternativas para diferentes momentos. Atender a cada instituição e a cada curso deve considerar todas as dimensões de PPP. Quanto ao projeto pedagógico do curso, a dimensão global passa a ser o próprio projeto institucional. Os resultados obtidos nas avaliações devem ser documentados através de relatórios e discutidos pelas equipes que compõem a instituição. Rompendo as incertezas do processo e objetivando os resultados assim, como as providencias a serem tomas.

Projeto político pedagógico organização curricular

Na busca de um currículo integrado é preciso evidenciar as relações entre processos sócias que concorram para a construção de um novo currículo, deixando claro o papel do professor e sua percepção de profissão docente, e rever o papel do aluno como construtor de sua aprendizagem.

O currículo como projeto acadêmico resulta de uma complexa construção social. A construção do currículo constitui uma oportunidade para:

- Analisar características dos novos tempos
- Analisar a função social da educação
- Refletir sobre os paradigmas
- Construir relações entre a realidade e em que futuro profissional vai inserir-se
- Ampliar o processo de decisão

A organização curricular deve ser compreendida como uma espécie de grade mais ou menos rígida em torno de um conjunto de disciplinas justapostas. Essa é a forma mais clássica de organização curricular, ainda predominante nos meios acadêmicos.

A organização curricular deve resultar em uma concepção emergente que possibilite ao futuro profissional a ampliação do conhecimento e a aquisição de uma visão crítica que lhe permita extrapolar a aptidão específica de seu campo de atuação.

Uma das finalidades fundamentais é a organização curricular, que pretende atingir e preparar o profissional, ser um cidadão ativo e criativo, ter pensamento independente, desenvolver sua capacidade de estruturar e contextualizar, buscar soluções e propor alternativas a novas propostas.

A organização curricular de cursos de graduação está destinada à formação de profissionais para a sociedade democrática. Levando-se em conta que a realidade social, não é objetivo específico de um componente curricular, é necessário oferecer ensino qualificado, propiciando atividades que instiguem a investigação criando condições para inovação pedagógica. Estimulando a prática na formação de profissionais de nível superior, como componente curricular.

A organização curricular deve estar vinculada à exigência de compreender quais os princípios integradores que estão sendo considerados e quais finalidades educacionais a integração curricular está se submetendo.

Um princípio estruturador da organização curricular de modo a atender as demandas tecnológicas da sociedade e também àquelas que direcionam a essa dimensão criativa e libertaria para a existência humana, afinal de contas o currículo é flexível.

Universidade e o PPP

Faz-se aqui uma pequena reflexão sobre a construção do Projeto Político Pedagógico em universidades. Baseada no desenvolvimento da lógica do mercado, com muita clareza, verificam-se os seguintes pontos apresentados por Silva (1999, p. 21):

O pressuposto ideológico básico é a lógica do mercado, que ameaça aniquilar a universidade, transformando-a em centro de reprodução acrítica da ciência e da tecnologia; produção de conhecimento e técnicas em função das demandas do mercado; concepção de ensino como adestramento; busca, no mercado científico internacional, de lideranças em pesquisa; estabelecimento de intercâmbios isolados com núcleos de excelência científica dos países altamente desenvolvidos.

A Educação Superior está totalmente inserida nas exigências do mercado globalizado. Assim, os aspectos visíveis da crise podem ser claramente identificados pela falta de condições, materiais, desenvolvimento das funções sociais, falta de clareza

e honestidade humana, ausência de uma política de valorização do magistério, precárias condições de trabalho.

Infelizmente o que se vê hoje e a continuidade na procura de continuar sua função de formar elites, e ao mesmo tempo a tensão gerada por essa crise, verifica-se na exclusão de uma maioria ou na inclusão muito reduzida de grupos marginalizados, no acesso por meio de vestibular ou por programas de avaliação .

Além disso, o Projeto Político-Pedagógico deve contemplar uma reflexão em torno dos paradigmas de ciência que embasem a elaboração dos currículos acadêmicos para os diferentes campos científicos.

As dimensões do projeto político pedagógico e suas articulações com as aulas

A palavra projeto significa tanto o que é proposto para ser realizado quanto o que será feito para atingi-lo. Assim, o projeto contém uma intencionalidade que ainda é um vir a ser e ao mesmo tempo designa o que será feito.

O projeto pode ser concebido como prática investigativa mediadora e momento privilegiado no processo de formação continuada do professor como proposta pedagógica.

Representa a homogeneidade, a fragmentação e a hierarquização do cotidiano acadêmico. E contribuindo para o esclarecimento da concepção do projeto como possibilidade e como movimento de resistência do cotidiano programado e instituído onde devem sustentar a sua construção:

A primeira é a humana, que se refere a quem inventa ou concebe o projeto e a quem o executa e avalia. Quem concebe, geralmente são os professores, os pesquisadores e os alunos e sua comunidade. Portanto o projeto político pedagógico é produto de uma ação humana. A segunda está ligada às questões epistemológicas, reconhecendo a existência de outras formas de conhecimento geradas com base nas práticas sociais de diferentes segmentos da realidade. Assim a epistemologia está fundamentada em um conjunto de quatro teses explícitas o paradigma proposto por Santos (2003a).

a) Todo conhecimento científico - natural é também científico - social.

b) Todo conhecimento é local e total, constituindo-se em torno de um conjunto de temas que poderá ser adotado por grupos sociais correntes com projetos de vida locais.

c) todo conhecimento é autoconhecimento, ou seja, caráter autobiográfico de ciência passa a ser assumido e outorga um caráter abrangente e íntimo.

d) Todo conhecimento visa constituir-se em senso comum, fazendo aflorar o diálogo, buscando a reconfiguração dos saberes constituídos.

A terceira dimensão é a metodologia que diz respeito a como ensinar, aprender e pesquisar referente ao encaminhamento dos objetivos pelos protagonistas envolvidos e suas concepções teóricas sobre a realidade. Essa dimensão permite compreender que o ensinar, o aprender e o pesquisar precisa de novos modos de relações e novos modos de exercícios de poder nas instituições. Essa dimensão metodológica é regida pela relação teórica e prática.

A quarta dimensão é a ética, é um princípio educativo que deve orientar a aula universitária. Ensinar, aprender e pesquisar mediante a inspiração da ética não é transmitir valores morais, mas contribuir para a construção de um novo senso comum ético e solidário.

Conceber projetos políticos pedagógicos no sentido de considerar o cotidiano acadêmico é não só importante como necessário, até porque as experiências de cada um e as coletivas são significativas para refletir sobre a aula universitária inovadora.

Devem ser orientadas por critérios que possam garantir todas as probabilidades de que sejam interessantes para futuros profissionais e relevantes do ponto de vista educacional.

Por tratar de questões sociais a contextualização/tematização curricular atravessa os diferentes campos do conhecimento, deve ser trabalhada de forma contínua e integradora.

Considerações Finais

Neste ponto é preciso enfatizar a importância do projeto político pedagógico institucional e para o desenvolvimento profissional de professores, os princípios que norteiam o projeto político pedagógico bem como as questões macroestruturais políticas, sociais e a valorização do profissional do magistério.

Existem características dentro da política educacional que em muitos casos dificultam o trabalho do professor que traz alguns percalços para o trabalho docente, pois, em alguns casos, a União deixa de repassar recursos e, dessa forma a escola não possui subsídios para atender o aluno como deveria porque os recursos não são repassados.

Sem dúvida algumas organizações torna o trabalho docente bem mais eficaz, porém, em muitos casos, o professor precisa cumprir exigências dos órgãos educacionais e trabalhar conteúdos, competências e habilidades de forma descontextualizada, o que é excessivamente ruim para alunos e professores, pois é preciso trabalhar dentro de sala de aula aquilo que possui algum significado para todos.

Como foi dito anteriormente a avaliação e a organização do trabalho docente são extremamente importantes para o professor, mas é preciso destacar que o profissional precisa inovar sempre, pois o mundo está em constante transformação e isso exige uma aprendizagem acelerada; este profissional precisa, ainda, ter conhecimento de mundo, das questões de cunho político, econômico e social e possuir como objetivo principal construir um cidadão.

Como sabemos a formação é um processo em construção. O professor precisa sempre pesquisar, melhorar e avaliar o contexto do ensino-aprendizagem. A prática é ponto de partida, a teoria interpreta, é necessário fundamentar a teoria e desenvolvê-la com base na prática, pois ela deve ser o foco da formação inicial e continuada, não apenas no fim do curso.

Entende-se que a construção do Projeto Político-Pedagógico pela Instituição de Ensino Superior reflete um grande avanço no sistema de ensino. Oferecer a sociedade uma instituição de ensino superior mais comprometida e mais consciente de sua função social significa ter um Projeto Político-Pedagógico real e implementado por todos os agentes educacionais, sobretudo pelos professores/ pesquisadores. Assim, entendemos que não precisamos de um Projeto Político-Pedagógico grandioso. Precisamos de um Projeto realizável e de professores/pesquisadores comprometidos, para além do desenvolvimento profissional e pessoal, com o desenvolvimento social/ político da comunidade.

Bibliografia

VEIGA, I. P. A. Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível. 10 ed. Campinas, SP: Papirus , 2000.

SEVERINO, A. J. O projeto político-pedagógico: a saída para a escola. In: Para onde vai a escola? Revista de Educação da AEC, Brasília, DF(107), abril/jun.1998

ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P; OLIVEIRA, D. C. de. Estudos interdisciplinares de representação social. Goiânia: Ed. AB, 1998.

MASSETTO, M. T. Competência pedagógica do professor universitário. São Paulo: Summus, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia – Saberes necessários à prática educativa.* Editora Paz e Terra, 2003.

GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da Terra.* São Paulo: Peirópolis, 2000.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da Aprendizagem na escola e a questão das representações sociais.* São Paulo: Cortez Editora, 2005

ALVES, José Matias. Organização, gestão e projecto educativo das escolas. Porto Edições Asa, 1992.

SAVIANI, Dermeval. "Para além da curvatura da 'vara". In: Revista Ande no 3. São Paulo, 1982.

HOFFMANN, Jussara. Avaliar para promover: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2001.

ZABALA, Antonio. A prática educativa: como ensinar. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.